

# O instinto de poder na ordem social

ARMANDO GODOY FILHO

Eng. cl. L, do Q. P. do M. F.

## VI

### VIII — DA POSIÇÃO DO INDIVÍDUO NO GRUPO SOCIAL

(Continuação)

**N**ÃO desejávamos cansar a paciência dos leitores, desenvolvendo ou estendendo demasiadamente a matéria aqui tratada.

Com êsse objetivo, prevendo a amplitude do assunto a ser abordado, de início traçamos um plano, segundo o qual visámos analisar e descrever os fatos e as questões dominantes do presente trabalho, com a máxima concisão possível.

O interesse por êste estudo, porém, na pesquisa das causas e das relações que envolvem os acontecimentos da vida social, foi maior que o nosso esforço para a limitação do assunto e concisão descritiva das nossas observações e conclusões, obrigando-nos a penetrar em questões correlatas, nascidas espontaneamente no desenvolver do raciocínio, diante de uma preocupação sincera de fortalecer as nossas deduções, em todos os sentidos, com sólidas muralhas de lógica, afim de evitarmos os perigos da ilusão e da fantasia.

Além disso, a beleza do assunto, nas suas ligações com outros aspectos do panorama social, fez com que, por vezes, entrássemos a divagar fora dos trilhos da estrada principal dêste estudo.

Tudo porém, felizmente, segundo pensamos, parece ter ficado dentro do plano de utilidade que motivou êste despretenhoso trabalho, enquadrando-se, ainda, para maior sorte nossa, no ról de objetivos doutrinários e culturais da *Revista do Serviço Público*.

Não se trata aqui, no entretanto, de uma tese ou monografia feita sobre uma base de compilação de idéias alheias, descritas com as nossas próprias palavras, mas, sim, principalmente, aproveitando conhecimentos adquiridos, do exame de fatos para o alcance de nossas próprias conclusões.

Daí, o leitor compreenderá facilmente as razões da amplitude que vamos dando a êste trabalho, ligada aos nossos temores de insegurança na exposição lógica de matéria tão perigosa, capaz de conduzir o raciocínio a metas distanciadas da verdade.

Com essa luta aberta para a inteligência, vamos, então, prosseguir.

Começaremos fazendo algumas considerações sobre a matemática, de vez que ela vai nos servir de auxílio, oportunamente, para ajudar-nos a resolver certas dificuldades.

A matemática não é um fim, é mais um meio ou um método que serve de instrumento a todas as ciências, — é a *ciência das ciências*.

AUGUSTO COMTE disse: “É pelas matemáticas que a filosofia positiva começou a se formar — é delas que nos vem o *método*”. (27)

Êsse método é fundamentalmente lógico, tanto assim que costuma ser denominado por certos autores e mestres: “Matemática ou Lógica”. (28)

A *ciência*, segundo H. POINCARÉ, é um sistema de relações (29), e podemos dizer: — a matemática é a síntese dos processos lógicos por excelência, utilizados no estudo ou na apreciação das relações existentes entre as coisas ou fatos naturais, de ordem mensurável, isto é, para os quais seja possível encontrar unidades básicas de comparação destinadas a medí-los, e aparelhos ou pro-

(27) A. COMTE — *Philosophie Positive* — Ed. Baillière — Paris — 1877 — Vol. I, pág. 122.

(28) “Chama-se Lógica a única ciência que os gregos conheceram a princípio e, por isso, qualificaram pela palavra Matemática, que diretamente oferece uma tal significação” (Matemática, do grego *Mathemátos*, ciência) — M. DE ALMEIDA CAVALCANTI — *Apontamentos de Aritmética* — Rio — 1906.

(29) H. POINCARÉ — *La Valeur de la Science* — Paris — 1929 — Pág. 265.

cessos que sejam capazes de realizar essa contagem, direta ou indiretamente, com a precisão necessária ou indispensável à verificação experimental das conclusões abstratas ou científicas que nelas se fundamentem.

A matemática, como a lógica, tem a sua parte intuitiva, a nosso ver, que vive no espírito dos homens e é mais ou menos precisa, de indivíduo para indivíduo, de conformidade com os caracteres psicológicos de cada um, na apreciação geral de todos os fatos. Assim, as impressões dos homens nada mais são que *processus* vitais de medir as coisas, em face do sistema de unidades psicológicas de cada um, para a comparação dos acontecimentos.

Entretanto, tem faltado ao homem capacidade para o estudo e precisão do seu sistema íntimo ou interior de medir e relacionar os fatos que o impressionam ou chegam à sua imaginação através dos sentidos. Mas, segundo pensamos, deve haver medida para todas as coisas e, nesse caso, *a lógica positiva seria a generalização das relações matemáticas a todas as impressões ou idéias dos homens, encadeadas pelo raciocínio.*

Apesar dessa conceituação ampla da matemática, que fizemos, parece-nos, ainda, boa norma de conduta filosófica, evitar-se o exagêro de sua aplicação, quando a natureza dos fenômenos em exame não permitir, de alguma forma, a medida das relações dos fatos ou coisas que dão expressão a êsses fenômenos.

Ainda no caso em que a matemática se apoia em elementos mensuráveis, para o desenvolvimento abstrato das suas relações, ela pode conduzir o espírito humano a discrepâncias da realidade, quando se pretende dar interpretações muito gerais às suas fórmulas ou leis algébricas. E, por isso, a boa orientação do método matemático aconselha sempre a discussão dos seus resultados, em face dos aspectos objetivos do problema a que disserem respeito, antes de qualquer interpretação muito geral, de caráter puramente abstrato.

Contudo, há um outro serviço que ela pode prestar ao homem, além daquele que decorre, naturalmente, das suas atribuições de ciência das relações mensuráveis das coisas ou dos fenômenos, quando serve para fornecer ao raciocínio analogias interessantes para o exame de fatos imensuráveis. Justamente nesse sentido, no curso dêste trabalho, seremos algumas vezes levados a fazer

uso da matemática, — a mais bela e a mais completa de todas as ciências, por ser, também, a mais positiva.

Buscando, então, uma analogia mecânica, vamos, a seguir, apreciar, na ordem social, fatos que interessam à administração.

Em mecânica, denomina-se sistema, na dinâmica, ao conjunto de corpos que se movem, uns em relação aos outros, obedecendo a condições de solicitação ou de dependência das partes entre si e em relação ao todo. Como exemplo clássico de um sistema dinâmico, assim definido, podemos citar o mais conhecido de todos, que é o sistema solar, constituído pelo sol, planetas, satélites, cometas, etc., ao qual pertencemos nós.

As leis gerais que regem êsses movimentos, devidas a Kepler, Galileu, Newton e, em suas relações mais profundas modernamente descobertas, a Einstein, são precisas e podem ser matematicamente determinadas.

Na sociedade, semelhantemente, ao conjunto de indivíduos que se associam ou se reúnem, integrados numa ordem de atividades, denominaremos, por analogia, sistema social.

Nesse caso, porém, as leis que regulam os seus movimentos são complexas e interessam a todos os conhecimentos. Torna-se, portanto, difícil a precisão determinista, em sua totalidade, das influências naturais, ativas ou reflexivas, que, na ordem social, promovem a atividade dos homens.

Observando-se, contudo, no que interessa à sociologia, a apresentação média dos fatos, algumas leis naturais podem ser abstratamente destacadas no govêrno da vida coletiva do *homo sapiens*.

No sistema social, a primeira lei pertence à mecânica geral, isto é, relaciona as variações de movimento com as forças, o trabalho ou a energia que as promove.

Assim, na atividade do sistema, onde prevalecem as mudanças de estado dinâmico dos indivíduos, todas as ações se dão, naturalmente, à custa de energia.

De onde provém essa energia?

Ela provém, em princípio, das fontes da Natureza, que são captadas ou trabalhadas pelo homem para a sua utilização conveniente.

Essa energia pode ser utilizada nos transportes, na indústria, ou pode ser transformada, bio-quimicamente, no organismo animal do homem, quando provém dos alimentos.

Toda obra humana, por conseguinte, tem a marca da energia animal do *homo sapiens* nela aplicada, direta ou indiretamente, desde a extração das matérias primas, nas suas fontes naturais, até a sua preparação industrial, transporte e entrega para utilização.

Se, portanto, a energia é a base propulsora dos movimentos ou da atividade dos sistemas sociais, e, posto que sem ela não pode haver trabalho, a sua captação ou produção deve constituir a principal missão da ordem econômica. E o sentido mais profundo da palavra economia deve ser: *poupança de energia na realização ou utilização de qualquer obra humana.*

Voltando às nossas considerações sobre os sistemas sociais, lembrando que nada existe isoladamente na Natureza, devemos destacar o fato de que qualquer sistema está preso a outros por leis de dependência, abrangendo todo o regime da atividade universal. Não há, portanto, sistema completamente isolado ou autárquico dentro do nosso universo e, como disseram grandes pensadores da Humanidade, o único fato absoluto é a relatividade geral das coisas.

Se os sistemas são dependentes entre si e o homem está preso ou sujeito a eles, dentro de limites estreitos da sua ação voluntária, cada vez mais apertados pelas contingências sociais, dia a dia aumentadas com o progresso econômico que se apoia na divisão incessante do trabalho, vemos, desde logo, que a idéia de uma ampla liberdade individual não passa de um mito ou fantasia da mentalidade dos povos.

Pensadores há, no entretanto, como ALFRED ADLER, que assim consideram a importância da liberdade na ordem social:

“Se concebermos um indivíduo com todos os movimentos peados, temos também de conceber a sua vida psíquica como estagnação. Só a liberdade gera gigantes. A compulsão mata e destrói”. (30)

Na realidade, na vida social do homem, há liberdades fundamentais que valem tanto quanto

a própria vida, mas há restrições para a sua expansão muito ampla, que não podem deixar de existir, em benefício do próprio homem e da harmonia social.

Nesse sentido, o grande ideal do progresso da sociologia deve ser o estudo e definição precisa das liberdades fundamentais do homem — que precisam ser mantidas a qualquer preço — e, da mesma forma, o estudo das restrições da personalidade, indispensáveis à vida harmônica e feliz dos povos, a serem fixadas e definidas pela moral e pelo direito na ordem coletiva. E, sob esse aspecto, a Humanidade terá se aproximado ao infinitésimo do estado ótimo, ideal, de progresso, quando as atividades dos homens se manifestarem com um mínimo de atritos, ódios e crimes, apreciados e julgados pela Justiça.

Se concebermos o *homo sapiens* numa evolução crescente para a perfeição, a franca democracia será o ideal de todos os regimes, quando cada cidadão tiver a idéia exata dos seus direitos, deveres ou responsabilidades morais e cívicas, e se achar suficientemente educado para desempenhar as suas funções sociais, dentro da honra e da dignidade, com a liberdade de seus movimentos tolhida apenas pelas forças voluntárias que brotam de sua própria consciência.

Nessa visão futura, ideal, do progresso, no panorama da Humanidade, talvez muito avançada no tempo ou profundamente fantasista, o *Direito* — será a própria moral; a *Justiça* — a consciência dos homens; as *Forças Coercitivas da Ordem Social* — apenas a vontade responsável de cada um, em face do trabalho e da solidariedade humana.

Mas essa independência absoluta do homem, infelizmente, no estado atual da mentalidade dominante entre os povos, não pode, ainda, ser considerada senão como uma utopia, e devemos compreender que *in medio stat virtus*.

O certo, porém, segundo nos parece, como meta de nossa caminhada pelo roteiro do progresso, é fazer evoluir a ciência, a filosofia e a educação no sentido de dar aos seres humanos não só uma boa compreensão das leis naturais, afim de que possam utilizá-las convenientemente em benefício da Humanidade, como também um grande poder moral de submissão e de conformação às contingências impostas à sua vida, pela

(30) ALFRED ADLER — *A Ciência da Natureza Humana* — Ed. Nacional de S. Paulo — Pág. 33.

ordem e pelo interesse coletivos ou diante dos fatos inevitáveis da Natureza.

Examinando justamente essa face do problema sociológico, tendo em vista a paz, assim se manifestou o Dr. PEDRO D. RACHE, ilustre matemático e pensador patricio:

“A paz eterna só poderia existir, se todos os homens agissem, espontaneamente, dentro das leis naturais”. (31)

Na atividade social, verificamos que o homem é um corpo que se movimenta sujeito não só às forças da mecânica universal, como também às influências dos seus desejos, vontades e temores, os quais dependem, em grande parte, das relações do indivíduo com o seu sistema, ou das inspirações dêste. Há, portanto, uma inter-reação, de elemento para elemento ou coletiva, no sistema social, que afeta as pessoas de acôrdo com o estado da individualidade de cada um.

Podemos considerar êsse sistema social que estamos estudando, não só constituído por um pequeno grupo de indivíduos, como no caso de uma turma de trabalhadores, com rumos precisos de movimentos ou de ações produtivas, como também formado por toda a população de um país, com diretrizes de atividades não tão fácil ou exatamente definidas.

Qualquer que seja êle, porém, o seu elemento dinâmico principal é o homem, apreciado do ponto de vista mais psicológico, que é, em média, sempre o mesmo, quanto a certos característicos fundamentais de sua mentalidade, quer se considere o sistema social em exame pertencente a uma entidade para-estatal, a uma empresa privada de natureza econômica ou a qualquer serviço administrativo do Estado.

A atividade do indivíduo, porém, depende muito da qualidade e da intensidade dos estímulos psicológicos que atuam sobre êle, dentro do seu sistema de produção, de forma repetida, continuada ou permanente.

Quanto a isso, podemos observar uma lei geral, psico-sociológica, que diz respeito às relações da pessoa com o seu meio social permanente: — *há uma grande propensão nos indivíduos para se adaptarem às influências gerais do meio, seguindo*

*o ritmo normal de ação dêste e aceitando, dia a dia, imperceptivelmente, sob o efeito da persuasão ou da sugestão dos companheiros e da tendência humana de uns imitarem os outros, a condição de nivelamento da mentalidade de cada um à dos demais ou àquela que predomine no maior número.*

Essa lei, no entretanto, apresenta muitas exceções, quer no sentido positivo (da superioridade) ou negativo de adaptação da mentalidade dos indivíduos ao nível da mentalidade média, geral, do conjunto de elementos do seu sistema.

Há casos, por exemplo, em que indivíduos de mentalidade superiormente cultivada (no sentido geral), dotados de personalidade resistente e dominadora, passam a influir no sistema como se fôssem agentes catalíticos das reações psicológicas, provocando modificações na mentalidade do maior número, no sentido de imitá-los, acompanhando as suas idéias e as suas atitudes ou maneiras de agir. Êsses são os verdadeiros *leaders*, os condutores naturais de homens, que empolgam e dominam as massas, por força de sua expressão ou da sua capacidade persuasiva de convencer ou de impressionar.

Devemos aceitar como fato verdadeiro a tendência espontânea dos homens mais para o automatismo irrefletido das atitudes que se repetem constantemente em si mesmo ou, por imitação, na maioria dos seus semelhantes, do que para o controle sempre conciente ou raciocinado de todas as manifestações do seu comportamento. A Natureza, nesse caso, procura descansar mais o cérebro do que o corpo.

No caso dos indivíduos malandros ou de mau caráter, dotados, porém, de personalidade forte, a sua influência perniciosa à boa marcha do sistema de produção sempre foi muito conhecida, estando caracterizada na simbólica frase popular: “uma ovelha má põe um rebanho a perder”.

Essa lei do nivelamento geral da mentalidade pode ser mais facilmente observada nos sistemas constituídos por número reduzido de pessoas, onde a convivência do indivíduo com os demais seja mais íntima e freqüente. Além disso, é mais exata a sua verificação experimental no caso dos sistemas onde a cultura média dos seus elementos não seja elevada (caso dos operários de fábricas, de obras, etc.).

(31) PEDRO D. RACHE — *Asas para o Brasil* — Discurso proferido no dia 21 de fevereiro de 1942, por ocasião do batismo do avião “Conde de Porto Alegre”.

É muito interessante observar-se o jôgo de reações psicológicas que se dão entre os indivíduos, através das discussões, palestras e insinuações, *nessa tendência geral da Natureza para o estabelecimento de um senso comum, dentro do mesmo conjunto social*. O exame apurado dessa matéria, porém, exigiria, por si só, longa observação especializada, fornecendo material para vultosa obra. Assim, vamos deixar de lado êsses aspectos mais específicos da psicologia social, extraindo deles apenas os fatos importantes para o nosso fim.

Observamos, ainda, que, dentro do sistema, com o tempo, a individualidade adquire seus hábitos ou formas específicas de reagir em relação aos estímulos do seu meio social e passa, imperceptivelmente, a aceitar e até a estimar as suas velhas atitudes ou comportamento, quer sejam boas ou certas, erradas ou crivadas de vícios prejudiciais à eficiência. E essa influência da tradição, no trabalho, afeta, comumente, a opinião sincera dos indivíduos, no que diz respeito ao mérito ou perfeição da atividade do seu sistema.

Êsse fato sociológico nos conduz a conclusões que interessam à administração e à organização:

I — A administração — e, mais especialmente, a organização — deve considerar, no estudo dos seus métodos de aperfeiçoar os serviços, a situação psicológica ou estado geral da mentalidade do pessoal que vai realizar êsses serviços.

II — Nenhuma organização perfeita pode conduzir os serviços a resultados satisfatórios, sem pessoal capaz de aceitar o regime de atividade que ela passa a impor aos mesmos.

Vemos, por aí, que para os bons resultados de uma organização bem planejada, deve ela ser seguida de um trabalho de implantação, prevendo-se a preparação psicológica completa do pessoal para aceitar a nova ordem (por meio de propagandas e adoção de incentivos especiais), a adaptação conveniente de cada trabalhador às novas funções (tendo-se em vista as suas tendências e a sua capacidade técnica) e, finalmente, o treinamento ou aperfeiçoamento indispensável de cada indivíduo.

A organização e a implantação, com o treinamento e aperfeiçoamento do pessoal, são partes complementares de todo problema administrativo, que devem, portanto, estar perfeitamente coordena-

nadas num mesmo programa de melhoria de qualquer serviço.

No estudo dos sistemas sociais, o que principalmente serve para caracterizar cada um deles é a sua finalidade produtiva.

Pelo que interessa a êste trabalho, podemos dividir as atividades sociais nos seguintes grupos:

I — Ações dispersas, de uma forma geral, desprovidas de coordenação ou de orientação definida.

II — Atividades organizadas, em geral, que visam fins úteis ao homem.

Nesse último grupo, que unicamente interessa ao estudo dos sistemas, podem ser incluídas as empresas industriais, as organizações comerciais, as associações de classe, etc., e, até, finalmente, toda e qualquer organização administrativa do Estado.

Já que falamos em utilidade, vamos esclarecer o significado dessa palavra, do ponto de vista sociológico: — é tudo aquilo capaz de produzir um benefício, individual ou coletivo, no interesse do prazer, do bem-estar ou do alívio de sofrimento do homem e da ordem ou da segurança social.

Dentro das ordens de atividades úteis organizadas, isto é, sujeitas a um regime administrativo, destacaremos aqui, principalmente, duas:

I — atividades econômicas:

II — atividades do Estado.

Convém ponderar que, entre as atividades do Estado, podem estar incluídas atividades econômicas.

A economia visa, porém, o estudo dos fenômenos que interessam a certos aspectos específicos do trabalho social. Destaca, abstratamente, do conjunto dos fatos naturais, aqueles que dizem respeito a seus fins, visando a descrição dos mesmos no estudo das leis gerais a que estão sujeitos.

Dessa forma, a economia tem características que permitem o seu agrupamento no rol das ciências.

A economia, por conseguinte, é a ciência que estuda a relação dos fatos predominantes ou específicos da ordem econômica e suas leis bá-

sicas. E a ordem econômica compreende o conjunto de atividades sociais que visam a produção, transporte, distribuição ou negócio e aplicação ou consumo de utilidades; estas, porém, tem características especiais, podem ser transferidas ou negociadas entre indivíduos ou sistemas, tem valor, em alguns casos podem ser acumuladas ou reservadas para utilização em época oportuna e são genericamente denominadas mercadorias.

Assim, uma energia captada, um terreno utilizável, o dinheiro, etc., são mercadorias.

A ordem administrativa, porém, é mais ampla que a econômica, porque abrange todos os sistemas organizados de produção de utilidades, até mesmo os religiosos. Aqui, no entretanto, vamos apenas nos preocupar com os problemas administrativos do setor estatal ou para-estatal e do setor econômico.

O que caracteriza, principalmente, a administração, dentro do quadro geral de todas as atividades sociais, são os seguintes aspectos:

I — Um rumo, diretriz ou fim para as ações produtivas do sistema social em que atua;

II — Uma disposição ordenada ou organizada para os elementos de ação desse sistema;

III — Um sentido de eficiência na disposição ou aplicação conveniente de todos os elementos ou recursos ligados ao sistema, para alcançar a finalidade visada.

Podemos, assim, dizer que a administração trata da disposição adequada, da forma e da qualidade da ação produtiva dos elementos ou recursos de

um sistema, orientando, oportuna ou continuamente, a atividade ou a aplicação desses recursos para a realização eficiente das utilidades atribuídas ao sistema na ordem social.

Ela pode adquirir aspectos variáveis de sistema para sistema, tendo em vista a natureza dos seus fins produtivos e a qualidade e a quantidade dos elementos ou recursos disponíveis para alcançá-los.

Contudo, dentro da moral e das leis que definem os direitos e deveres dos entes humanos de um país, ou das instituições por eles organizadas, a administração goza da liberdade de aproveitar todos os conhecimentos para a solução dos seus problemas.

No conjunto dos recursos apreciados ou manobrados pela administração, devemos incluir todos os acessórios materiais, ligados ou pertencentes a cada sistema em que ela atua, tais como: instrumentos, máquinas, depósitos de matérias primas ou reservatórios de energia, créditos ou recursos financeiros, etc., que formam a base do seu capital.

Todo o problema material de um sistema deve ser considerado como acessório do problema pessoal, servindo apenas (tendo-se em vista a origem histórica do progresso material) para ajudar ou facilitar os homens na sua missão de produzir coisas úteis em benefício da Humanidade.

Mas, não vamos encarar essa face da questão, porque o que estamos procurando fazer é justamente examinar o aspecto sociológico do complexo administrativo, para apreciarmos as relações de posição dos indivíduos no sistema ou grupo social.